

SENTIDOS DO TRABALHO PRECARIZADO: RELATO DE PESQUISA COM OS PROFESSORES SUBSTITUTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Resultado de investigação finalizada.

GT 18 - Reestructuración productiva, trabajo y dominación social.

Cássio Adriano Braz de Aquino
Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

Dímitre Sampaio Moita
Estudante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

RESUMO

O presente trabalho constitui exposição de resultados do projeto de pesquisa “O fenômeno da precarização e da flexibilização laboral no âmbito da Universidade Pública: o caso dos professores substitutos da UFC”, empreendida em três fases em centros e faculdades distintos, a saber, o Centro de Humanidades (CH) entre 2007 e 2008, o Centro de Ciências (CC) entre 2009 e 2010, e a Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE) entre 2010 e 2011, com o financiamento do Programa de Incentivo a Bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq/UFC). O objetivo da pesquisa foi avaliar o significado atribuído pelos professores à atividade de substituto, lançando mão da análise sociohermenêutica do discurso (Alonso, 1998) como método.

Palavras-chave: Trabalho docente; Professores substitutos; Precarização laboral.

Flexibilização e precarização laboral: definições e relações

Ao longo dos últimos seis anos, vimos nos dedicando ao estudo das transformações do mundo do trabalho a partir dos fenômenos descritos por flexibilização e precarização laboral. Compreendemos por flexibilização um conjunto de transformações no modo de gestão social do trabalho que gradativamente o afastam do modelo rígido que caracterizava as relações de trabalho no período da sociedade salarial (costumeiramente referido como os 30 anos gloriosos, que se contam com o início do pós 2ª Guerra Mundial). O período posterior à década de 1970, assistiu com as crises de produção e do petróleo, a queda das margens de lucro auferidas pelo empresariado. A flexibilização das relações de trabalho surge como resposta a um contexto em que o mercado se comporta de modo cada vez mais dinâmico, esta resposta consiste em maior flexibilidade de contratação e demissão de pessoal e em contratação por tempo parcial e horários atípicos, além da busca por terceirização de parte do processo produtivo.

O discurso a favor da flexibilização se estrutura em torno das vantagens do processo tanto para empresas como para trabalhadores. Aumento produtivo e competitividade, redução de custos e otimização de recursos são vantagens enumeradas para o funcionamento das empresas. Ao tratar dos adventos para o trabalhador surgem fatores como possibilidade de maior autonomia, maior controle sobre a própria atividade e a possibilidade de conciliar o trabalho a outras esferas da vida. Apesar do discurso das vantagens, o que se percebe é uma associação cada vez mais presente entre formas de flexibilidade e a precarização do trabalho (Aquino, 2008; Garrido, 2006).

Bilbao (1999) reforça a diferença entre o significado do processo para trabalhadores e para a gerência – categorias claramente percebidas como antagônicas. Enquanto a flexibilização representa, para a maioria dos trabalhadores, a insegurança e a incerteza quanto às expectativas de futuro, para a gerência representa a segurança na certeza do cálculo de custos diante das flutuações do mercado.

A partir de então, várias categorias profissionais assistem a vulnerabilização de seus direitos e garantias trabalhistas, submetidas a situações de trabalho consideradas precárias e atravessadas pelos imperativos da incerteza, da descontinuidade e da imprevisibilidade temporal. É este fenômeno processual e delimitado historicamente pela flexibilização das formas de inserção no mundo do trabalho que denominamos precarização laboral, que não deve ser confundido com a própria precariedade, que remete às difíceis condições próprias de cada realidade de trabalho e que sempre as demarcaram em diferentes momentos históricos, embora de forma pontual e não articulada (Aquino, 2008). A noção de precarização relaciona-se com o futuro, com a duração e com a solidez não asseguradas, características diretamente associadas ao sentido da temporalidade. Reflete o que é fugaz, frágil, instável ou incerto (Cingolani, 2005). Se a precarização é o fenômeno por nós privilegiado (em sua complementaridade à flexibilização laboral), é a precariedade que constitui a grande categoria de reflexão.

A precarização da carreira docente nas Instituições de Ensino Superior (IES)

Partindo da premissa de que os contextos estudados são de debilitamento e vulnerabilidade dos vínculos laborais e que constituem exemplo de relação precária de trabalho, nos propomos a investigar o lugar ocupado por este na vida desses professores; como identificam seu processo de inserção laboral; e quais as evidências perceptíveis de flexibilização e precarização identificadas por eles em seu exercício profissional. Além disso - e o que determina a pertinência do estudo à Psicologia Social do Trabalho - pretendemos colaborar com as discussões sobre os processos de subjetivação através do trabalho, investigando os impactos aludidos pelos professores substitutos em sua constituição subjetiva.

No contexto estudado, podemos nos referir ao processo de precarização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior do Brasil (Bosi, 2007), pela perda e debilidade gradual de direitos e garantias conquistadas em momento anterior e pela ampliação da norma de emprego própria da profissão. Desenvolvimento ligado ao sucateamento da universidade pública que teve seu ponto mais alto na década de 1990 e início dos anos 2000.

A mercantilização do ensino superior e a falta de recursos na universidade pública causaram verdadeira diáspora entre os docentes. Grande parte desses profissionais migrou para o ensino privado e o restante recorreu à aposentadoria como forma de evitar a perda de direitos (Coimbra, 2004). Foi nesse contexto que em 1991, através da portaria Nº 1007, a Universidade Federal do Ceará (UFC) regulamentou a contratação de professores substitutos, em regime de 20 ou 40 horas por um período de 12 meses, mediante contrato de locação de serviços, sujeito à renovação conforme solicitação do Departamento interessado. O salário é fixado à vista da qualificação do contratado, com base no valor do vencimento estabelecido para o nível I da classe das carreiras do Magistério correspondente à respectiva titulação. O Governo Federal dispôs sobre a contratação de pessoal por tempo determinado em 1993 através da Lei Nº 8.745, considerando-a necessária em ocasiões de interesse público especiais, tais como calamidade pública, emergências em saúde pública e recenseamento. Tal realidade se viu ampliada a ponto de subverter exceção e regra. A proliferação de contratação de substitutos mudou o perfil do quadro docente em muitos cursos dentro da Universidade. Mesmo havendo limitações, na prática e diante de uma política de fragilização das instituições públicas, os contratos por tempo determinado acabaram sendo contabilizados como um “mal menor”.

A atividade do professor substituto nasce em situação de precariedade e constitui fator de precarização da carreira docente na medida em que instaura a convivência de duas normas de emprego em torno de uma mesma categoria de trabalho. É utilizada como expediente alternativo a contratação

de pessoal fixo, interno e coberto pelo conjunto de garantias de que gozam os professores efetivos (Bilbao, 1999).

Percurso metodológico: composição da amostra e construção de dados

Esse estudo empírico foi realizado em um total de três fases (que correspondem a três ciclos de financiamento do programa PIBIC). A fase I da pesquisa foi realizada entre 2007 e 2008 junto aos professores vinculados ao Centro de Humanidades da UFC, e teve por alvo os cursos de Psicologia, Ciências da Informação, História e Comunicação Social. A fase II foi concretizada entre os anos de 2009 e 2010 no Centro de Ciências, contando com a participação de professores dos departamentos de Biologia, Computação, Física, Matemática, Química Analítica e Físico-Química. A terceira fase foi empreendida entre os anos de 2010 e 2011 na Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE), quando participaram professores dos departamentos de Farmácia e de Análises Clínicas e Toxicológica. A pluralidade de áreas envolvidas no esforço de pesquisa visa garantir uma discussão que melhor reflita as múltiplas vivências laborais nos vários campos do conhecimento.

Realizamos entrevistas semi-estruturadas com 19 professores dos Centros e Faculdade referidos, compondo uma amostra não-probabilística e intencional. A única característica exigida para composição da amostra era de que o professor substituto tivesse pelo menos seis meses de experiência na atividade.

Os estudos acerca do papel ontológico do trabalho – espaço tanto de produção da realidade quanto de produção subjetiva, além de lugar privilegiado de socialização e desenvolvimento psicológico (Antunes, 1998 e 1999; Clot, 2007; Dejours, 1992) orientaram alguns questionamentos:

1. Como você chegou ao cargo de professor da Universidade?
2. Como é o seu relacionamento com os outros professores?
3. Como é o seu relacionamento com os alunos?
4. Você desempenha alguma outra atividade além da de professor substituto? Se sim, qual dessas atividades você considera a principal?
5. Por favor, fale a respeito do seu trabalho na Universidade. O que você considera que o mantém aqui?
6. Quais são os pontos positivos no seu trabalho? Quais os pontos negativos?

As perguntas não eram realizadas de maneira compulsória, uma vez que, respondendo à primeira delas, os professores contemplavam os temas implícitos nas seguintes e que nosso interesse maior era, como orienta a análise de discurso, permitir uma fala extensa e livre por parte de nossos entrevistados. E foi o que colhemos como resultado. Após as transcrições, compilamos uma série vasta de discursos que versavam sobre a trajetória laboral dos professores, as atividades paralelas que exerciam, a percepção da condição de professor substituto comparada com a sensação de não ser efetivo, o motivo que os levou a tornarem-se professores substitutos, as perspectivas futuras em relação à profissão e a forma como vivenciam essa situação laboral.

A partir de então, nosso trabalho foi realizar uma análise sociohermenêutica a partir do discurso. A análise sociológica do discurso é aqui utilizada seguindo o proposto por Alonso (1998) em sua discussão sobre os métodos qualitativos em sociologia. Trata-se de um método que compreende o discurso como uma prática dos atores sociais que o enunciam, diferente de uma análise informacional, que usa o discurso somente em sua dimensão mais imediata e descritiva, ou de uma análise estruturalista, pautada na busca por estruturas imanentes no discurso (Alonso, 1998). É necessário ressaltar que o lugar do sujeito nesses dois últimos modos de utilização do discurso é passivo ou inconsciente. Passivo quando seu enunciado não é percebido como nada além de um conjunto de palavras e sinais que, através de uma série de correlações, pode levar o pesquisador ao conhecimento da realidade. Se o discurso é visto como uma expressão de um código elementar, os sujeitos são transformados em “reproductores inconscientes de un sistema de articulación de signos que no acaban

de controlar en su esencia” (p. 196). Esse talvez seja um dos pontos em que há maior interlocução do autor com a psicologia social, tanto no primeiro como no segundo caso a dinâmica histórica e intersubjetiva dos discursos é ignorada, o que significa analisar discursos fora de contexto.

O sujeito que fala sobre sua realidade social não é inconsciente ou passivo, no entanto, como explica Alonso, seus discursos geram efeitos e correspondem a ações de todo não reconhecidas. Assim, o trabalho da análise sociológica do discurso é de interpretar o conteúdo latente que tem os enunciados. É realizar aquilo que define como sociohermenêutica, a busca por um modelo de representação e de compreensão do texto concreto em seu contexto social e na historicidade de suas exposições, a partir da reconstrução dos interesses dos atores que estão implicados no discurso (Alonso, 1998). O trabalho da interpretação procura alcançar os significados que têm os enunciados para os sujeitos (“significado de los hablantes” p. 210), atento para o espaço entre o dito e o implicado no discurso, revelando essas implicações através de inferências. (Alonso, 1998), exercício de reconstrução dos sentidos pautado na compreensão do texto concreto em seu contexto social e na historicidade de suas colocações, levando em consideração os interesses do atores implicados no discurso. O conjunto das relações humanas implica em interações e conflitos que demarcam territórios de enunciação. As falas são produções reflexas de censuras, coerções e interesses sociais e orientam a tomada de atitudes por parte dos participantes de uma situação comunicativa. Assim, não nos coube reconhecer nas falas dos entrevistados estruturas semióticas imanentes ou realizar a análise de correlações entre palavras-sinais – objetivos das análises estrutural e de conteúdo, respectivamente –, mas compreender como o discurso orienta a práxis e discrimina os referentes sócio-grupais a partir dos quais os professores significam sua vivência.

Reflexões sobre a experiência dos professores substitutos

Dentre as características recorrentes no discurso do entrevistados, a que mais apresentou uniformidade foi a que envolve o trabalho docente no ensino superior como meta de realização profissional. O desejo de retornar à universidade na condição de efetivo foi um relato comum a maioria dos professores, assim como a compreensão de que o período de ensino na função de substituto é uma experiência válida para enriquecimento do currículo e para a aquisição de habilidades didáticas: “Mas, é aquela história, você precisa ter experiência pra colocar no currículo pra no dia que abrir o edital pro efetivo você ter como [participar]. Então, aí isso acaba levando não só eu, mas muita gente a exercer o cargo de professor substituto” (Entrevistado 2, 2ª fase). Alguns professores do Centro de Humanidades foram exceção neste quesito. Estes, por exercerem outras atividades na iniciativa privada, consideras por eles centrais em suas vidas, veem a atividade docente como secundária.

A ausência de um acompanhamento profissional e organizacional por parte dos departamentos foi ressaltada pelos sujeitos pesquisados. Tal acompanhamento por parte da organização de trabalho contribui com a dinâmica da socialização organizacional, através da qual o sujeito deve passar a sentir-se como membro desta, adquirindo as atitudes, habilidades e condutas necessárias ao desempenho do trabalho. A ausência deste acompanhamento pode comprometer o envolvimento e o desenvolvimento da função. “Às vezes eu sinto uma espécie de abandono. Como se você tivesse sendo cadastrado pra dar aula e jogado” (Entrevistado 6, 1ª fase).

Outra categoria encontrada no discurso dos professores se refere à falta de representatividade nas reuniões de departamento, onde são tomadas as principais decisões acerca do funcionamento do mesmo. A distinção entre professores substitutos e efetivos é patente e envolve as decisões do próprio departamento, visto que os mesmos têm direito a voz, mas não a voto nas reuniões – aspecto que implica tanto a restrição ao espaço de debate e deliberações sobre sua realidade de trabalho quanto a sobredeterminação das suas atividades. Os discurso de professores do Centro de Ciências e da FFOE explicitam esta realidade:

“Mas, você exercer, ser... estar professor substituto é algo que a própria universidade, ela deixa meio de lado. Só pra você ter idéia: aqui, nas reuniões de departamento, professor substituto não é contado como membro, portanto, não dá quorum, não dá voto, não tem direito a voto, não tem direito a nada, então já é um grande diferencial, né? Sem contar as próprias (...) você requerer alguma coisa ou da coordenação ou do departamento, dificilmente você consegue e então tem todo um processo que vai”. (Entrevistado 1, 2ª fase)

“A gente não participa de nada. Eu recebo tudo pronto e me encaixo. Então, não pode ir em reunião de departamento, tem um monte de coisa que nem sei como acontece, nem sei como se discute”. (Entrevistado 1, 3ª fase)

A diferenciação alcança também a problemática da extensão, pesquisa e monitoria, que assumem aspectos restritivos aos substitutos. Alguns entrevistados apontaram que essa restrição impede o desenvolvimento e a evolução do professor dentro da Universidade, mesmo que por curto período, e acabam por significar uma defasagem de sua atividade – por compreenderem a ação universitária alicerçada sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão. Por vezes a alternativa para contornar a restrição é buscar, através de uma relação de dependência quanto aos professores efetivos, realizar atividades fora do âmbito do ensino em “sala de aula”, como supervisão de estágio extracurricular, pesquisa e orientação de monografia. Os substitutos precisam contar com a anuência de professores efetivos que se responsabilizam pela atividade diante do departamento.

“O professor de educação ambiental, que acabou de sair, passou uma menina que ele ia orientar pra mim. Então, eu estou orientando não oficialmente, quem vai orientar oficialmente é a professora X que é efetiva. Mas, eu estou buscando me inserir em outros espaços e não ficar só na sala de aula”. (Entrevistado 4, 2ª fase)

A remuneração é outro assunto citado em vários momentos. A percepção em relação à mesma é positiva entre os professores do Centro de Ciências e da FFOE, contrário ao percebido pelos entrevistados do Centro de Humanidades. Se entre estes é possível observar o discurso de que “é complicado você ganhar pouco e trabalhar muito, muito, muito” (Entrevistado 3, 1ª fase), e que o sentimento é de que se gasta para trabalhar “antes era pior, você pagava para melhorar seu currículo” (Entrevistado 6, 1ª fase), entre aqueles há o reconhecimento de que há justiça no valor percebido. Isso porque um aumento de retribuição financeira aconteceu no íterim do exercício de pesquisa. Na primeira fase, quando das entrevistas com os professores do Centro de Humanidades, o salário era aproximadamente um terço do percebido pelos professores entrevistados no período seguinte. Ainda assim, os professores participantes da 2ª e 3ª fases afirmam conciliar outras fontes de remuneração à atividade de substituto, seja através de bolsas de pós-graduação ou lecionando em outras universidades e/ou escolas particulares de ensino médio.

Constatou-se, através das entrevistas, que a condição do professor substituto está fortemente atravessada pela precariedade, no que diz respeito às novas formas frágeis de inserção laboral. Dentre as características de tais formas de inserção, a instabilidade e a perda de direitos e garantias são mais frequentemente enfatizadas (Aquino, 2008). O vínculo temporário dessa condição também é descrito nas entrevistas. Vínculo apontado por Cingolani (2005) e Agulló (2001) como fundamental para tratar da precariedade do emprego: em que há a descontinuidade do tempo. Esta é responsável pela designação de diversas categorias como precárias. À descontinuidade do tempo acrescida da carência de rendimentos ou de proteções é o que permite delimitar a precariedade. Nesse sentido, advém um sentimento de incerteza em relação aos planejamentos futuros, que Bilbao descreve como “la

inestabilidad en el trabajo es simétrica a la incertidumbre en la vida cotidiana (...) la falta de estabilidad en el empleo impide cualquier proyecto a largo plazo” (1999, p.63). O discurso de um dos entrevistados expressa o desejo de um vínculo laboral mais estável: “se hoje me chegassem e perguntassem: ‘Olhe, a gente vai prolongar seu contrato de substituto por dez anos, você deixaria outras atividades suas?’ Eu deixaria tranquilamente. Sem problema nenhum” (Entrevistado 1, 2ª fase).

Considerações finais

A condição dos professores substitutos, relatada em seus próprios discursos denota algumas das características mais marcantes da noção de precarização que se estabelece processualmente na nossa sociedade. A temporalidade de seus contratos e a submissão da renovação dos mesmos a uma permanência das condições que levaram a sua contratação os submetem à incertezas sobre a sua própria situação laboral. A vulnerabilidade da sua inserção e a limitação das atividades que podem ser desenvolvidas os coloca diante de restrição pautada pelo modelo de contrato que estão submetidos. Por fim a impossibilidade de fazer previsões acerca do próprio futuro, pela instantaneidade da sua condição, põe tais trabalhadores diante de fluxo de produção de si que raramente foi experimentado por sujeitos com o mesmo grau de qualificação no período de prevalência dos modelos salariais.

Mesmo considerando que no decorrer da pesquisa foi possível identificar uma mudança nas remunerações desses trabalhadores, a condição de vulnerabilidade e incerteza, marcas decisivas da precarização, se mantém. Não seria ousado, inclusive, imaginar que o aumento das remunerações dos substitutos tem se constituído como uma compensação em troca das práticas conflitivas do reconhecimento da sua própria atividade.

Romper o processo de naturalização da precarização parece ser o grande desafio para compreender o contexto laboral complexo em que vivemos e quem sabe reconhecermos a alteridade diante de lógicas econômicas cada vez mais homogeneizadoras. O estudo com os professores substitutos reafirma essa condição.

Referências

AGULLÓ, E. (2001). Entre la precariedad laboral y la exclusión social: los *otros* trabajos, los *otros* trabajadores. In: Trabajo, individuo y sociedad: perspectivas psicosociológicas sobre el futuro del trabajo. Madrid: Ed. Pirámide.

ALONSO, L. E. (1998). La mirada cualitativa en sociología. Madrid: Ed. Fundamentos.

ANTUNES, R. (1998). Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora UNICAMP.

ANTUNES, R. (1999). Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: BOITEMPO.

AQUINO, C. A. B. (2008). O Processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. O Público e o Privado, Fortaleza: UECE, n.11, p.169 - 178, Jan./Jun.2008.

BILBAO, A. (1999). El empleo precario: seguridad de la economía e inseguridad del trabajo. Madrid: Los libros de la Catarata.

BOSI, A. de P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. In: Educ. Soc., Campinas, 28, 101, 1503-1523.

COIMBRA, C. M. (2004). Tensão ou oposição entre ciência e política na pós-graduação? Um falso problema? In: *Psicologia & Sociedade*; 16 (1): 86-97.

CINGOLANI, P. (2005). *La Précarité*. Ed. Presses Universitaires de France – PUF, 1e édition, Paris.

CLOT, Y. (2007) *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.

DEJOURS, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo, SP: Cortez – Oboré.

GARRIDO, A. L. (2006). *El trabajo: presente y futuro*. En *Sociopsicología del trabajo*. Madrid: Editorial UOC.